

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Joice Veloso Lima

**ROTINAS CONTÁBEIS E PATRIMONIAIS NA PREFEITURA
MUNICIPAL DE SÃO SEPÉ**

São Sepé (RS)

2012

Joice Veloso Lima

**ROTINAS CONTÁBEIS E PATRIMONIAIS NA PREFEITURA
MUNICIPAL DE SÃO SEPÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Dr. Takeyoshi Imasato

São Sepé (RS)

2012

Joice Veloso Lima

**ROTINAS CONTÁBEIS E PATRIMONIAIS NA PREFEITURA
MUNICIPAL DE SÃO SEPÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Especialista.

Aprovado em..... de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.

Prof

Dedico este trabalho de conclusão ao meu esposo, filhas, demais familiares e amigos que de muitas formas me incentivaram e ajudaram para que fosse possível a concretização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que contribuíram de uma ou outra forma, para que o presente trabalho fosse possível, em especial à Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de São Sepé, pela excelente contribuição dos colegas de trabalho.

Aos professores da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, em especial à tutora deste trabalho, Alba Conceição, pela atenção despendida ao longo desta jornada.

A professora Lourdes Giacomolli Osório pelos conselhos e pela força, para que eu seguisse em frente e concluísse o curso.

Finalmente, agradeço aos meus familiares e colegas pelo apoio, estímulo e incentivo.

RESUMO

O presente estudo visa mostrar e identificar como o Poder Executivo do Município de São Sepé, trata os bens públicos com os seus devidos registros contábeis, de uma forma que não haja distorções na elaboração do Balanço Patrimonial, no final do exercício. O trabalho foi elaborado observando as principais Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em consonância com as outras legislações em vigor que a Contabilidade Pública obrigatoriamente têm que obedecer. Foram analisadas as principais rotinas do setor de contabilidade e Patrimônio, bem como os processos organizacionais e estruturas administrativas da Prefeitura para que fossem estabelecidas novas metodologias de trabalho a fim de corrigir eventuais falhas na administração. Durante o desenvolvimento do trabalho foram evidenciadas as Normas NBCASP 16.1 e a NBCASP 16.2, por se tratarem da base da legislação que dá início a uma nova visão contábil e Patrimonial do Setor Público.

Palavras-chave: Patrimônio Público; Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público; Contabilidade Pública; Prefeitura Municipal de São Sepé.

LISTA DE SIGLAS

NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	10
PPA – Plano Plurianual	15
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias	15
LOA – Lei Orçamentária Anual	16
ASME - Sigla formada pelas iniciais em inglês da Associação Americana de Engenharia Mecânica.....	18
ANSI - Sigla formada pelas iniciais em inglês do Instituto Nacional Americano de Padronização.....	18
NBCT – Normas Brasileiras de Contabilidade.....	24
SIP – Sistema Informatizado Patrimonial	29

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Organograma da Secretaria de Finanças e Planejamento da Prefeitura Municipal de São Sepé.....	30
FIGURA 2 – Organograma da Secretaria de Finanças – Departamento de Contadoria da Prefeitura Municipal de São Sepé.	31
FIGURA 3 – Fluxograma do Setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal de São Sepé.	32

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E A NOVA VISÃO CONTÁBIL COM ENFOQUE PATRIMONIAL	13
1.1 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	16
1.2 MAPEAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS	17
1.3 GERENCIAMENTO DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS	20
1.4 A CONTABILIDADE E SUA HISTÓRIA	21
1.5 A CRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	23
1.6 FUNÇÃO CONTÁBIL DO PATRIMÔNIO.....	26
1.7 PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DO SETOR PATRIMONIAL.....	29
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
2.1 MÉTODO ESCOLHIDO E JUSTIFICATIVA.....	30
2.2 INSTRUMENTOS E ANÁLISE DA COLETA DE DADOS	30
2.3 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS	33
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO

A contabilidade pública está sofrendo alterações, com o propósito de mostrar ao administrador informações necessárias para que auxiliem na tomada de decisões tendo um enfoque mais abrangente no patrimônio público.

Segundo o autor Kívio Dias Barbosa Lopes, patrimônio público é o conjunto de bens e direitos, mensuráveis em dinheiro que pertencem a União, Estados e Municípios.

Atualmente a maioria dos balanços patrimoniais dos municípios não está espelhando a realidade, pois estão com seus valores desatualizados, devido os bens não sofrerem nem avaliações e nem depreciações. Os legisladores preocupados com estas situações criaram as novas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

O objetivo maior destas mudanças é adequar a contabilidade pública brasileira às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, implicando, dentre outros fatos, a adoção completa do regime de competência em substituição ao regime misto adotado até então, por este melhor refletir a situação patrimonial.

A experiência internacional com este novo conceito apenas o fortifica ainda mais, pois vemos países que adotaram o regime de competência há muito tempo e já vivenciam uma contabilidade com maior transparência e precisão, tais como: Nova Zelândia que adotou desde o ano de 1994, Suíça que passou a utilizar-se do novo conceito nos anos 80, Reino Unido, em 1994, dentre outros. No entanto, todos eles passaram pelo mesmo processo que o Brasil passa atualmente e com dificuldades semelhantes ou ainda maiores.

Durante o processo de convergência das normas brasileiras às normas internacionais, surgiram alguns entraves, dentre eles, a ausência de normas claras, e ocorreram de forma paralela aos estudos, a criação de mecanismos legais, sendo um dos principais, a Lei 12.249 de 11 de junho de 2010, que dá ao Conselho Federal de Contabilidade, a competência para editar normas contábeis e com isso surge um forte aliado a todas estas mudanças.

Esta nova visão afetará diversos setores da administração pública e não apenas a área contábil, pois todas as ações sejam elas, administrativas, financeiras ou patrimoniais afetarão a contabilidade, desta forma, todos devem se atentar a estas mudanças, principalmente os gestores, pois terão que aplicar diversas ações, visando à preparação da administração pública para recepção destes novos conceitos.

O trabalho tem a intenção de adaptar o setor de contabilidade integrado com o setor de patrimônio do município de São Sepé para que atenda todas as exigências estabelecidas pelos órgãos fiscalizadores competentes.

O município de São Sepé foi fundado em 29 de Abril de 1876, pela Lei Provincial 1.209.

A economia do município é baseada nas atividades agropastoris, com destaque para as culturas do arroz, soja e milho. Na pecuária destacam-se as criações de gado de corte e leite.

Foi escolhida a Prefeitura do Município de São Sepé, para que fosse desenvolvido o trabalho de intervenção, por se tratar de órgão público de fácil acesso de informações, em razão de a autora ser servidora municipal e pertencer ao quadro efetivo da Secretaria de Finanças e Planejamento.

Existem oito secretarias que atuam na Prefeitura sendo: Secretaria de administração, Agricultura, Assistência e Habitação, Desenvolvimento Econômico, Educação e Cultura, Finanças e Planejamento, Obras e Saneamento e Saúde, além do Gabinete do Prefeito que também possui uma estrutura funcional montada, onde engloba a coordenadoria de esporte e lazer municipal. Focou-se na Secretaria de Finanças por se tratar de um assunto extremamente contábil.

O município de São Sepé também não está diferente da grande maioria dos municípios gaúchos, portanto precisa sofrer estas mudanças na sua estrutura, principalmente no setor contábil, atualizando e depreciando seu patrimônio com seus devidos registros em conformidade com a legislação atual.

A metodologia sugerida permitiu estruturar a sequência dos trabalhos desenvolvidos, visando à análise, a ampliação e a melhoria dos processos, como forma de promover a permanente busca na qualidade dos serviços prestados pela Prefeitura, conduzindo ao caminho da eficiência.

Este relatório de intervenção teve como foco principal o patrimônio público, pois os balanços dos órgãos públicos até o presente momento não mostravam a realidade das entidades, pelo fato do patrimônio não estar atualizado com valores de mercado, gerando para o administrador distorções na tomada de decisões.

A ênfase passa a ser o patrimônio como objeto de estudo da contabilidade enquanto ciência. O orçamento deixa de ser o protagonista da história da administração pública para se tornar um coadjuvante importante que trata do fluxo de caixa do Governo com base em autorização legislativa para arrecadar receitas e realizar despesas.

Segundo Lino Martins (2008), com a aprovação em 21 de novembro de 2008, das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – (NBCASP),- o Conselho Federal de Contabilidade dá início a uma verdadeira revolução na Contabilidade Governamental Brasileira.

Diante das novas regras e conceitos, quais serão as mudanças necessárias em todos os segmentos envolvidos da Prefeitura Municipal de São Sepé, para que consigamos atingir os objetivos propostos pelos órgãos competentes? Esta é a questão de pesquisa focada no trabalho.

O objetivo Geral deste trabalho foi analisar as rotinas contábeis e administrativas de todos os setores que envolvem a contabilidade e o Setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal de São Sepé, visando adequá-las as novas regras da Contabilidade Pública.

Os objetivos específicos, que deram suporte ao geral, consistiram em:

- Identificar as tarefas que compõem a contadoria do município;
- Analisar todos os processos que fazem parte do departamento contábil;
- Propor novos procedimentos, adequando-se as novas normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público.

A organização da contadoria e seus respectivos departamentos são de extrema importância para o aperfeiçoamento dos servidores e atualização das legislações pertinentes à contabilidade pública.

A realização deste trabalho proporcionará a agilização nos processos que tramitam neste setor, tendo em vista as grandes mudanças que os municípios terão que cumprir a partir do exercício de 2012, adaptando-se gradativamente nos próximos exercícios até atingirmos o ideal exigido pela legislação atual.

O objetivo da Contabilidade aplicada ao setor público é fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, financeira, econômica e física do patrimônio da entidade. O administrador deve prestar contas de todos os seus atos de forma transparente evidenciando a aplicação dos recursos pagos pelos seus contribuintes.

Uma grande mudança que está sendo processada é com relação ao tratamento dado ao patrimônio público e seus reflexos na contabilidade, com o início da incorporação dos bens de uso comum do povo, sendo que atualmente a contabilidade pública não possui nem sequer o registro dos bens móveis e imóveis atualizados.

Durante o desenvolvimento deste trabalho procurou-se evidenciar o registro do patrimônio público, para que o administrador visualize em suas demonstrações contábeis, o registro contábil de seus bens patrimoniais, de forma correta auxiliando na tomada de decisão da entidade.

A intenção não foi de esgotar todo o universo de hipóteses técnicas existentes, mas dar continuidade das discussões e o aprimoramento do assunto em pauta, gradativamente de acordo com as legislações em vigor.

O trabalho encontra-se estruturado em três capítulos além da introdução. O primeiro capítulo refere-se aos processos administrativos e a nova visão contábil voltada ao patrimônio. No segundo capítulo foram demonstrados os procedimentos metodológicos adotados e o último capítulo contém as considerações finais da pesquisa.

1 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E A NOVA VISÃO CONTÁBIL COM ENFOQUE PATRIMONIAL

As Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público vêm trazer profundos impactos não só na escrituração contábil dos fatos contábeis próprios do setor Público, mas também trará reflexos no cotidiano dos Contabilistas que deverão estar bem preparados para inúmeras mudanças.

A lei da ação popular (Lei 4. 717 de 29.06.65), define patrimônio Público, em seu artigo 1º, como o conjunto de bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico pertencentes aos entes da administração pública direta e indireta.

A contabilidade está extremamente ligada ao controle do patrimônio público, a Lei Federal nº 4.320/64 de 17 de Março de 1964, que predispõe o seguinte:

Art. 94 - “Haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração” este artigo nos informa que o poder executivo deve ter o controle individual e pormenorizado do bem público.

No caso do Município, a responsabilidade direta pelo zelo como o Patrimônio Público em regra é do Poder Executivo, mas ele precisa dividir esta responsabilidade com os demais agentes públicos (Secretários, Diretores de Departamentos e Encarregados do Setor de Patrimônio, devidamente nomeados para tal função), bastando para isto, delegar tal função através de decreto.

Não se pode deixar de destacar, a responsabilidade indireta de toda a população, em relação ao cuidado com o patrimônio público. Isto porque o patrimônio público pertencente ao povo a todos cabe zelar, preservando-o e defendendo-o, inclusivamente judicialmente, através da Ação Popular. (Art. 1º, Lei 4.717/65)

O gestor público municipal, assim como nas demais esferas, deverá promover a adoção de procedimentos administrativos e contábeis que garantam o bom uso do patrimônio público, e para melhor adequar as decisões de sua administração.

Estamos vivenciando um momento histórico na área contábil brasileira, trata-se de uma mudança extremamente necessária no ramo da contabilidade, é a convergência dos conceitos contábeis atuais às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público.

Considerando o processo de globalização pelo qual passa o mundo, nota-se a carência de normas contábeis claras e uniformes entre os entes públicos nacionais e internacionais, principalmente devido à lacuna deixada pela falta de uma maior transparência e precisão das informações.

Com isso, há alguns anos surgiu à necessidade de uma revisão das normas contábeis utilizadas pelo setor público brasileiro, pois estas, até então, possuíam um enfoque predominantemente orçamentário e diante da importância de melhor refletir a realidade contábil destas entidades, torna-se iminente o enfoque patrimonial.

Toda a entidade pública precisa se preparar para a correta aplicação das NBCASP, já iniciando um levantamento de seu patrimônio, visto que as normas buscam a escrituração do patrimônio público na sua totalidade. O patrimônio público é digno de toda atenção e de uma gestão responsável, técnica e ética.

As Normas Brasileiras de Contabilidade, a Lei 4.320/64 e a Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF (LC 101/2000) estabeleceram alguns conceitos de termos patrimoniais e contábeis que consideramos importantes no desenvolvimento do trabalho:

- Avaliação Patrimonial: é a atribuição de valor monetário a itens do ativo e passivo decorrente de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e fatos administrativos.

- Alienação - termo que abrange todas as modalidades de transferência voluntária do domínio do bem ou direito.

- Depreciação - é a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

- Exaustão - é a redução do valor, decorrente da exploração dos recursos minerais, florestais e outros recursos naturais.

- Incorporação - A inclusão de um bem no acervo patrimonial do município, bem como a adição de seu valor à conta do ativo imobilizado na contabilidade.

- Reavaliação - A adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for superior ao valor líquido contábil.

- Tombamento - Consiste na formalização da inclusão física de um bem patrimonial no acervo do município, possuindo um número de tombamento com marcação física e cadastramento de dados.

- Transferência - Modalidade de movimentação de material, com troca de responsabilidade, de uma unidade administrativa para outra, integrantes da mesma entidade.

- Valor Bruto Contábil- é o valor do bem registrado na contabilidade em uma determinada data, sem a dedução da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.

-Valor Líquido Contábil - é o valor do bem registrado na contabilidade em determinada data, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão.

- Valor Residual - O montante líquido que a entidade espera obter por um ativo no fim da vida útil econômica, deduzidos os gastos esperados para sua alienação.

- Vida Útil Econômica - Período de tempo definido ou estimado tecnicamente durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros de um ativo.

- Ativo - São todos os bens, direitos e valores a receber de uma entidade.

- Passivo - compreende as origens de recursos representados pelas obrigações para com terceiros, resultantes de eventos ocorridos que exigirão ativos para a sua liquidação.

- Patrimônio Líquido - compreende os recursos próprios da Entidade, e seu valor é a diferença positiva entre o valor do Ativo e o valor do Passivo

- Regime de Caixa - é aquele em que são consideradas receitas e despesas do exercício tudo o que for recebido ou pago durante o ano financeiro, mesmo que se trate de receitas e despesa referentes a exercícios anteriores.

- Regime de Competência - Quando, na apuração dos resultados do exercício, são consideradas as receitas e despesas, independentemente de seus recebimentos ou pagamentos. É obrigatório nas entidades com fins lucrativos.

- Regime Misto - No regime misto adota-se ao mesmo tempo o de caixa e o de competência. Esse regime é o adotado pela contabilidade pública no Brasil, ou seja, registra-se a despesa pelo regime de competência e a receita pelo de caixa.

- Receita Pública - é a soma dos ingressos, impostos, taxas, contribuições e outras fontes de recursos, arrecadados para atender as despesas públicas.

- Despesa Pública - A despesa compreende os recursos gastos na gestão, a serem computados na apuração do resultado do exercício. São os gastos realizados pelos órgãos públicos em bens e serviços, com a dotação autorizada pelo orçamento. As despesas, para serem incorridas no serviço público, precisam estar autorizadas na lei orçamentária.

- Plano Plurianual – PPA - É o plano que deve conter as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras dela decorrentes e para os programas de duração continuada. É elaborado para quatro anos.

- Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO - Estabelece as metas e prioridades para o exercício seguinte.

- Lei Orçamentária Anual – LOA - É elaborada pelo executivo, estabelecendo a previsão das receitas e a fixação das despesas do governo para o ano seguinte.

Nestes próximos capítulos demonstrou-se como o município de São Sepé trata da nova visão contábil com enfoque patrimonial.

Conclui-se que esta mudança precisava acontecer para que a contabilidade pública demonstrasse corretamente seus balanços, atualizando e depreciando seu patrimônio auxiliando os administradores a tomarem decisões principalmente no que diz respeito a novos investimentos.

1.1 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Toda a organização desenvolve inúmeras atividades que levam a produção de resultados na forma de produtos ou serviços. O conjunto destas atividades podem ser enquadrados como processos organizacionais ou administrativos, que de forma integrada, trabalham no sentido de promover a consecução dos objetivos principais da organização, diretamente relacionados a sua missão.

Existem várias definições para processos administrativos, segundo o autor Ricardo Mendonça (2010), “é a forma pela qual um conjunto de atividades cria, trabalha, ou transforma insumos com o objetivo de produzir bens ou serviços, que tenham qualidade assegurada, para serem prestados aos usuários”.

De acordo com Harrington Villela (edição 2000, p. 42) processo pode ser definido como “um grupo de tarefas interligadas logicamente, que utilizam os recursos da organização para gerar os resultados definidos de forma a apoiar seus objetivos”.

Os administradores públicos precisam desenvolver suas habilidades para serem eficazes em suas funções. Cada vez mais o serviço público exige maior capacitação dos seus servidores devido a inúmeras mudanças na área pública, que visam o planejamento, controle e a transparência das organizações públicas.

O serviço público deve observar os princípios básicos; capazes de doar-lhe substancialidade e eficácia, inclusive, com inserção de valores em infra-estrutura, diminuindo o grau de exposição (física e moral) de seus agentes e servidores; pois, só assim, poderá atender com eficácia às necessidades coletivas.

Os princípios constitucionais que regem a Administração Pública são: Princípio da Legalidade, Princípio da Impessoalidade, Princípio da Moralidade, Princípio da Publicidade e Princípio da Eficiência. (artigo 37 da Constituição Federal).

Para administrar adequadamente, cada organização precisa conhecer seus processos, isto significa mapear cada um dos processos, entender e diagnosticar quais são as atividades e tarefas desenvolvidas e executadas por pessoas (elemento chave de toda organização), bem como os envolvimento existentes em cada etapa. Isto possibilita facilitar, com maior grau de precisão, a intervenção, alteração e modificação dos elementos identificados em cada processo.

A busca por melhorias estruturais e consistentes tem feito com que as organizações passem a rever a condução de suas atividades em busca de formas mais abrangentes, nas quais essas atividades passem a ser analisadas não em termos de funções, áreas ou produtos, mas de processos de trabalho (MARANHÃO; MACIEIRA, 2004). Assim, as empresas modernas estão abandonando a antiga estrutura por funções (ou tradicional) e aderindo a estrutura por processos, organizando seus recursos e fluxos ao longo de seus processos organizacionais.

O conhecimento dos processos e suas características são importantes, principalmente, para identificar as áreas com oportunidade de melhoria, fornecer o conjunto de dados para a tomada de decisão, fornecer a base para definir metas de aperfeiçoamento e avaliar e gerenciar rotinas e resultados.

1.2 MAPEAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Na atividade de Mapeamento de Processos, levanta-se o fluxo de atividades que permeia pela organização, seguindo a sua passagem por diversos departamentos, áreas e funções, onde podemos identificar diversas atividades. O interessante do Mapeamento de Processos é perceber o desenho sistêmico das atividades, e descobrir que áreas ou funções participam do processo, incluindo o trajeto físico, onde muitas vezes a informação ou produto, transita um longo caminho muitas vezes tortuoso para chegar ao final.

De acordo com Vilela (2000, apud HUNT, 1996), o “mapeamento de processos é uma ferramenta gerencial analítica e de comunicação que tem a intenção de ajudar a melhorar os processos existentes ou de implantar uma nova estrutura voltada para processos”.

Segundo Soliman (1998), o mapeamento de processo é uma técnica usada para detalhar o processo de negócios focando os elementos importantes que influenciam no seu comportamento atual.

O mapeamento de Processos é uma ferramenta gerencial analítica e de comunicação essencial para líderes e organizações inovadoras que intencionam promover melhorias ou implantar uma estrutura voltada para novos processos (Vilela, 2000)

O Mapeamento de Processos eficaz é realizado em um curto espaço de tempo, para que a finalidade de “uma rápida fotografia” do processo seja alcançada e que ao término do mesmo, o ambiente não tenha se modificado tanto que não reflita mais a condição inicial do levantamento das atividades.

Assim pode acontecer nas organizações, onde alguém algum dia, criou uma regra ou procedimento que devia ser seguido à risca, e ficou a rotina, que talvez para a época tivesse motivo. Mas como o ambiente em que vivemos sempre se modifica ao longo do tempo, precisamos promover periodicamente uma revisão de processos para que não herde procedimentos apenas por uso e costume.

O mapeamento é necessário para representar sequência de processos, atividades e tarefas possibilitando o entendimento da estrutura organizacional.

A elaboração de fluxogramas ou organogramas se tornou uma ferramenta indispensável para se entender o funcionamento e o relacionamento entre os processos organizacionais.

Os fluxogramas são ferramentas de representação gráfica do trabalho realizado na organização, possuindo vários tipos e grau de complexidade, de acordo com o objetivo a que se destina.

O uso de fluxogramas possibilitam:

- Preparação para o aperfeiçoamento de processos empresariais;
- Identificação de atividades críticas para o processo;
- Conhecimento da sequência e encadeamento das atividades dando uma visão do fluxo do processo;
- Documentação do processo para análises futuras, principalmente quando novas pessoas na organização são admitidas, esclarecendo o funcionamento da empresa.
- Fortalecimento do trabalho em equipe quando o desenvolvimento dos fluxogramas são feitos com a participação de todos os envolvidos.

Existem basicamente dois tipos de fluxogramas: o fluxograma vertical e o fluxograma horizontal. Segundo Ricardo Mendonça (p.49), os principais padrões de fluxogramas são ASME E ANSI, tais Padrões são reconhecidos internacionalmente.

O padrão ASME é adotado normalmente para fluxogramas do tipo vertical ou coluna, é uma ferramenta que se destina a representar rotina simples, com aproximadamente 30 passos de execução, buscando retratar o processamento analítico de trabalho, preferencialmente executando dentro de uma mesma unidade administrativa ou operacional.

A construção do fluxograma vertical utiliza cinco símbolos a seguir descritos: Círculo, quadrado, meio círculo, seta e triângulo.

- Círculo- Caracteriza a realização de uma operação.
- Quadrado- representa práticas de inspeção, análise ou verificação.
- Meio círculo- Está diretamente associado a algum tipo de atraso, demora ou espera na realização do trabalho.
- Seta- Está associada à noção de movimento, que pode envolver transporte ou deslocamentos.
- Triângulo- é utilizado para demonstrar ações de arquivamento ou armazenamento.

O fluxograma horizontal tanto a elaboração quanto a leitura são feitas como se estivesse escrevendo ou lendo, ou seja, da esquerda para a direita, utilizando símbolos e convenções previamente definidos. Existem duas variáveis desse tipo de fluxograma, o descritivo e o de colunas. Os fluxogramas horizontais podem ser descritivos ou de colunas.

O Fluxograma descritivo trata-se de um fluxograma que descreve o fluxo de atividades, dos documentos e das informações que circulam em um processo, por meio de símbolos padronizados. A elaboração é feita como se estivesse escrevendo, só que no lugar de somente palavras são utilizados símbolos e palavras que permitem a descrição do fluxo do processo de maneira clara e precisa.

O fluxograma de colunas difere do descritivo no que se refere à maneira de representar graficamente as áreas envolvidas no processo. Elas são apresentadas em colunas, o que permite que se tenha uma visão completa, clara e precisa de tudo o que acontece em determinada área, e dela em relação às demais.

De acordo com Ricardo Mendonça a simbologia que utilizamos no fluxograma horizontal são os seguintes:

- Retângulo- representa o processo, devendo ser utilizado para registrar ações;
- Losango- representa as decisões;
- Triângulo- representa práticas de arquivamento;
- Retângulo de cantos arredondados- símbolo utilizado para marcar o início e o fim do processo.
- Símbolo de documento- Pode ser considerado como autoexplicativo.
- Símbolo de entidade externa- serve para caracterizar outras áreas de organização envolvidas.
- conectores- (de fluxo de páginas)- Serve para mostrar as conexões necessárias tanto na construção quanto ao melhor entendimento sobre o funcionamento da rotina.

- Setas- representam o sentido de fluxo demonstrando o movimento de execução da rotina.

O organograma é o gráfico que representa a estrutura formal da empresa, ou seja, a disposição e a hierarquia dos órgãos.

Existem várias maneiras de se representar à estrutura da empresa. A escolha do tipo ideal fica a critério do analista, considerando este a natureza da organização.

A elaboração de um organograma exige certos cuidados: uns de natureza estética e outros de natureza técnica como:

- Devem ser evitadas siglas e abreviaturas dos órgãos para que a pessoa que está visualizando, possa ver e entender a estrutura da organização;

- Deve ser buscado um equilíbrio estético entre os espaços laterais e verticais dos órgãos de mesmo nível hierárquico;

- O organograma não deve ser fracionado em hipótese alguma, ou seja, não deve constar parte em uma folha e parte em outra;

- Para representação de órgãos de caráter mais formal, deve ser dada a preferência à utilização de retângulos, em detrimento de outras formas geométricas, podendo o seu tamanho variar em função do nível hierárquico de cada setor;

- Para representação de setores menos formais, como grupos e equipes, ou até de setores ligados a atividades artísticas, sociais ou criativas, admite-se usar outras formas gráficas. O tipo de organograma mais utilizado é o organograma clássico ou vertical.

Foi elaborado um fluxograma horizontal do setor de patrimônio da Prefeitura de São Sepé para visualizarmos melhor todas as funções do setor.

1.3 GERENCIAMENTOS DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS

O gerenciamento dos processos organizacionais significa que os processos administrativos, estão sendo monitorados e avaliados com foco na melhoria contínua e no alcance dos objetivos da instituição.

O processo organizacional é um conjunto de atividades que se relacionam entre si, envolvendo pessoas, equipamentos, procedimentos e informações que quando executadas agregam valor e produzem resultados.

A gestão de processos administrativos é um dos meios facilitadores para a Administração Pública otimizar a sua forma de trabalhar, orientando as suas atividades e processos.

Um processo representa um conjunto de atividades e tarefas que automatizadas integram pessoas e sistemas diversos com vistas a obter objetivos comuns na organização.

As tecnologias de informação e comunicação têm um papel importante na modernização da administração pública, pois auxiliam na implementação de novas medidas tanto interna como externamente facilitando o acesso aos cidadãos e usuários através da internet, guichês de auto-atendimento, comunicações por email e demais tipos de comunicação.

1.4 A CONTABILIDADE E SUA HISTÓRIA

A contabilidade está ligada às primeiras manifestações humanas da necessidade social de proteção à posse e de perpetuação e interpretação dos fatos ocorridos com o objeto material de que o homem sempre dispôs para alcançar os fins propostos.

A organização econômica relativa ao direito do uso do solo acarretou em rompimento da vida comunitária, surgindo divisões e o senso de propriedade. Desse modo, cada pessoa criava sua riqueza pessoal e individual.

A administração empírica, com base em costumes, praticada pelo homem antigo, já tinha como objeto o Patrimônio, representado pelos rebanhos e outros bens nos seus aspectos quantitativos. Para melhor controle encontrou-se formas mais eficientes de processar os seus registros, utilizando gravações e outros métodos alternativos.

A aplicação da contabilidade tornou-se uma necessidade para se estabelecer o controle das inúmeras riquezas.

Hoje, as funções do contabilista não se restringem ao âmbito meramente fiscal, tornando-se num mercado de economia complexa vital para as empresas e órgãos públicos.

Podemos resumir a evolução da ciência contábil da seguinte forma:

- Contabilidade do Mundo Antigo - período que se inicia com as primeiras civilizações e vai até 1202 da Era Cristã, quando apareceu o Liber Abaci, da autoria Leonardo Fibonacci, o Pisano.

- Contabilidade do Mundo Medieval - período que vai de 1202 da Era Cristã até 1494, quando apareceu o Tractatus de Computis et Scripturis (Contabilidade por Partidas Dobradas) de Frei Luca Paciolo, publicado em 1494, enfatizando que a teoria contábil do débito e do crédito corresponde à teoria dos números positivos e negativos, obra que contribuiu para inserir a contabilidade entre os ramos do conhecimento humano.

- Contabilidade do Mundo Moderno - período que vai de 1494 até 1840, com o aparecimento da obra *"La Contabilità Applicata alle Amministrazioni Private e Pubbliche"*, da autoria de Francesco Villa, premiada pelo governo da Áustria. Obra marcante na história da Contabilidade.

- Contabilidade do Mundo Científico - período que se inicia em 1840 e continua até os dias de hoje.

No Brasil, a vinda da Família Real Portuguesa incrementou a atividade colonial, exigindo – devido ao aumento dos gastos públicos e também da renda nos Estados – um melhor aparato fiscal. Para tanto, constituiu-se o Erário Régio ou o Tesouro Nacional e Público, juntamente com o Banco do Brasil (1808). As Tesourarias de Fazenda nas províncias eram compostas de um inspetor, um contador e um procurador fiscal, responsáveis por toda a arrecadação, distribuição e administração financeira e fiscal.

A aplicação da contabilidade tornou-se uma necessidade para se estabelecer o controle das inúmeras riquezas.

Hoje, as funções do contabilista não se restringem ao âmbito meramente fiscal, tornando-se num mercado de economia complexa vital para as empresas e órgãos públicos.

Um dos maiores objetivos da contabilidade é fornecer informações sobre as mutações que ocorrem com o patrimônio das empresas e órgãos públicos. A contabilidade além de gerar informações, permite explicar os fenômenos patrimoniais, efetuar análises, controlar e também serve para prever e projetar exercícios seguintes.

Um dos pontos principais da transição na contabilidade pública é a mudança no enfoque patrimonial, eminentemente centrado no controle orçamentário para uma contabilidade pública patrimonial com a adoção do regime de competência para as receitas e despesas públicas.

Um dos aspectos que as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade destacaram, foi a implementação do sistema de custos, que visa ampliar o controle contábil sobre o cumprimento das metas estabelecidas nos instrumentos de planejamento governamental como Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei de Orçamento Anual.

Neste sentido as novas normas são instrumentos para aumentar a eficácia, eficiência e efetividade das leis quanto a seus objetivos de promover o planejamento, a transparência e a responsabilidade na gestão fiscal. Além disso, foram destaques os instrumentos de transparência e registro de operações semelhantes à contabilidade comercial, como: relatório

de fluxo de caixa, previsão de depreciação dos bens públicos e a contabilização dos bens de uso comum.

A mudança é grande e os profissionais de Contabilidade do serviço público terão que ficar preparados para enfrentarem estas novas tarefas. Todos os fatos administrativos serão examinados e registrados não porque tem origem no orçamento, mas sim porque produzem alterações em algum elemento do ativo, passivo e patrimônio líquido.

1.5 CRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Acredita-se que a implementação das novas normas provoque uma melhoria no setor público, além de apresentar maior transparência na aplicação dos recursos da sociedade.

A Secretaria do Tesouro Nacional, como órgão central de normatização no Brasil, está buscando instrumentos de difusão das normas, em especial nos Estados e Municípios, visando à harmonização de entendimento e aplicação das normas.

Essa mudança na Contabilidade permitirá que o Contador passe a representar com mais ênfase o papel de consultor de gestão, habilitado e qualificado para auxiliar o administrador público nas suas decisões.

Para fins de registros contábeis os bens públicos são classificados em: Bens Móveis, Bens Imóveis e Bens de Natureza Industrial.

Segundo o autor Kívio Dias Barbosa Lopes, os bens do município são adquiridos através de desapropriação, de processo de execução, ou outro tipo de aquisição de natureza privada (compra e venda) recebimento de doações, permuta, herança, usucapião e por força de dispositivo constitucional e legal.

Conforme o Código Civil de 2002 os bens públicos, são divididos em três categorias: Bens de uso comum do povo ou de Domínio Público, Bens de uso especial ou do Patrimônio Administrativo Indisponível e Bens dominicais ou do Patrimônio Disponível.

- Os bens de uso comum do povo ou de Domínio Público são os bens que se destinam à utilização geral pela coletividade (como por exemplo, ruas e estradas).
- Os bens de uso especial ou do Patrimônio Administrativo Indisponível são aqueles bens que se destinam à execução dos serviços administrativos e serviços públicos em geral (como por exemplo, um prédio onde esteja instalado um hospital público ou uma escola pública).

- Os bens dominicais ou do Patrimônio Disponível são aqueles que, apesar de constituírem o patrimônio público, não possuem uma destinação pública determinada ou um fim administrativo específico (por exemplo, prédios públicos desativados).

O gestor público só poderá desfazer de bens públicos (móveis e imóveis), se houver interesse público devidamente justificado e o valor estiver de acordo com o preço de mercado.

No caso dos bens imóveis o gestor terá que adquirir autorização legislativa e realizar licitação na modalidade concorrência.

Em se tratando de bens móveis o gestor precisa realizar licitação na modalidade leilão, salvo nos casos de doação para fins de interesse social, venda para outro órgão ou entidade da administração pública e permuta, nestes casos é dispensado o processo licitatório.

A Lei 8.666/93 trata da alienação de bens móveis e imóveis no art. 17 a 19 que disciplina o processo de alienação.

O gestor público municipal procederá o inventário de bens anualmente (art. 94 a 96 da Lei 4.320/64). O inventário é um ato que tem por finalidade arrolar e descrever todos os bens e valores num determinado momento. O resumo do inventário fica registrado no balanço patrimonial do ente público.

Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade os órgãos públicos passam a obedecer aos seguintes critérios e exigências:

NBCT 16.1 – CONCEITUAÇÃO, OBJETO E CAMPO DE APLICAÇÃO

DISPOSIÇÕES GERAIS DA NBCT 16.1

1. Essa norma tem por objetivo estabelecer a conceituação, o objeto e o campo de aplicação da Contabilidade Pública.

CONTABILIDADE PÚBLICA SEGUNDO ESTA NORMA

2. Contabilidade Pública é o ramo da Ciência Contábil que aplica, no processo gerador de informações, os princípios e as normas contábeis direcionados à gestão patrimonial de entidades públicas, oferecendo aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do Patrimônio da Entidade e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão e à adequada prestação de contas.

3. O objeto da Contabilidade Pública é o patrimônio da entidade pública.

CAMPO DE APLICAÇÃO DA NORMA NBCT 16.1

4. As normas e as técnicas próprias da Contabilidade Pública são aplicadas por todos os entes que recebam, guardem, apliquem ou movimentem recursos públicos.

5. Adicionalmente, se inscrevem, também, como campo de aplicação da Contabilidade Pública as entidades que, por acordo, necessitem registrar as operações orçamentárias, bem como todas as entidades que atuem sob a perspectiva do cumprimento de programas, projetos e ações de fins ideais, os serviços sociais, os conselhos profissionais, bem como aquelas sem fins lucrativos sujeitas a julgamento de suas contas pelo controle externo.

UNIDADE CONTÁBIL

6. Unidade Contábil é a entidade organizacional que possui patrimônio próprio.

7. A ocorrência de gestão descentralizada do patrimônio, inclusive por meio de delegação de competência, resulta em nova unidade contábil.

CLASSIFICAÇÃO DAS UNIDADES CONTÁBEIS

8. As unidades contábeis são classificadas em:

- (a) Originárias – são as entidades organizacionais que possuem patrimônio próprio.
- (b) Descentralizadas – aquelas que representam parcelas do patrimônio de uma mesma entidade pública. São exemplos de descentralização: por poder, por órgão, por unidade administrativa, por contas, entre outras;
- (c) Unificadas – aquelas que representam a soma ou a agregação de elementos patrimoniais de duas ou mais unidades de natureza contábil. São exemplos de unificação: por poder, por órgão, por tipo de administração, por área de responsabilidade, entre outras;
- (d) Consolidadas – aquelas que representam a soma ou a agregação de duas ou mais entidades públicas. São exemplos de consolidação: por esferas de governo, por natureza jurídica da entidade, entre outras.

9. O conceito de Unidade Contábil é aplicável nas seguintes situações:

- (a) Registro e controle das transações que envolvem parcelas do patrimônio de qualquer entidade pública, em atendimento à necessidade de controles internos, de tomada ou prestação de contas, bem como de evidenciação para seus usuários;
- (b) Unificação de unidades contábeis vinculadas a uma outra unidade contábil ou entidade pública;
- (c) Consolidação de entidades públicas para fins de atendimento de exigências legais ou necessidades gerenciais.

Esta norma caracteriza em sentido amplo como entidade do setor público: os órgãos, fundos e pessoas jurídicas de direito público ou que possuem personalidade jurídica de direito privado, recebam, guardem, movimentem, gerenciem ou apliquem recursos públicos na execução de suas atividades e também equipara para fins contábeis, as pessoas físicas que recebam de órgão público: subvenção, benefício ou incentivo fiscal.

1.6 FUNÇÃO CONTÁBIL DO PATRIMÔNIO

NBC T 16.2 – PATRIMÔNIO E SISTEMAS CONTÁBEIS

DISPOSIÇÕES GERAIS DA NORMA 16.2

1. Esta norma estabelece a definição do patrimônio público e a classificação dos elementos patrimoniais sob o aspecto contábil, além de apresentar o conceito de sistema e de subsistemas de informações contábeis para as entidades públicas.

PATRIMÔNIO PÚBLICO DE ACORDO COM A NBCT 16.2

2. Patrimônio Público é o conjunto de bens e direitos, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados ou mantidos com recursos públicos, integrantes do patrimônio de qualquer entidade pública ou de uso comum, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios futuros inerentes à prestação de serviços públicos. (2008, p. 03)

PATRIMÔNIO PÚBLICO SOB O ENFOQUE CONTÁBIL

3. O Patrimônio Público é estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido:
- (a) O Ativo compreende as disponibilidades, os bens e os direitos que possam gerar benefícios econômicos ou potencial de serviço.
 - (b) O Passivo compreende as obrigações, as contingências e as provisões.
 - (c) O Patrimônio Líquido representa a diferença entre o Ativo e o Passivo.
4. No Patrimônio Líquido deve ser evidenciado o resultado do exercício segregado dos resultados acumulados de exercícios anteriores.
5. A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em circulante e não-circulante, com base em seus atributos de conversibilidade, exigibilidade e interesse social.
6. Os ativos são classificados como circulante quando satisfizerem um dos seguintes critérios:

- (a) Estarem disponíveis para utilização imediata;
 - (b) Serem realizados ou terem a expectativa de realização, consumo ou venda até o final do exercício financeiro subsequente.
 - (i) Os outros ativos são classificados como não-circulante.
7. Os passivos são classificados como circulante quando satisfizerem um dos seguintes critérios:
- (a) Corresponderem a valores exigíveis até o final do exercício financeiro subsequente;
 - (b) Corresponderem a valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade pública for à fiel depositária.
 - (i) Os outros passivos são classificados como não-circulante.

SISTEMA CONTÁBIL PÚBLICO

8. O sistema contábil público representa a macroestrutura de informações sobre registro, avaliação, evidenciação e transparência dos atos e dos fatos da gestão pública com o objetivo de orientar, suprir o processo de decisão e a correta prestação de contas.

ABRANGÊNCIA DO SISTEMA CONTÁBIL PÚBLICO

9. O ciclo da administração pública é composto pelas etapas de planejamento, execução, controle e avaliação.
10. A função social da contabilidade deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações públicas necessárias à tomada de decisões e à prestação de contas ao cidadão.
11. A contabilidade pública é organizada na forma de sistema de informações, cujas partes ou subsistemas, conquanto possam oferecer produtos diferentes em razão da respectiva especificidade, convergem para o produto final, que é a informação geral sobre o Patrimônio Público.
12. O sistema contábil público estrutura-se nos seguintes subsistemas:
- (a) Subsistema de Informações Orçamentárias – registra e evidencia, por meio de Demonstrações Contábeis próprias, os atos e os fatos relacionados ao orçamento e à sua execução, que subsidia a administração com informações sobre:
 - (i) Orçamento;
 - (ii) Programação e execução orçamentária;
 - (iii) Alterações orçamentárias; e
 - (iv) Resultado orçamentário.

(b) Subsistema de Informações Financeiras – registra e evidencia, por meio de Demonstrações Contábeis próprias, os fatos relacionados aos ingressos e aos desembolsos financeiros, bem como a situação das disponibilidades no início e no final do período, que subsidia a administração com informações sobre:

- (i) Fluxo de caixa;
- (ii) Resultado primário;
- (iii) Receita corrente líquida.

(c) Subsistema de Informações Patrimoniais – registra, avalia e evidencia, por meio de Demonstrações Contábeis próprias, a situação estática dos elementos patrimoniais e a apuração do resultado do exercício, que subsidia a administração com informações sobre:

- (i) Alterações nos elementos patrimoniais;
- (ii) Resultado econômico;
- (iii) Resultado nominal.

(d) Subsistema de Custos – coleta, processa e apura, por meio de sistema próprio, os custos da gestão de políticas públicas, gerando relatórios que subsidiam a administração com informações sobre:

- (i) Custos dos programas, dos projetos e das atividades desenvolvidas;
- (ii) Otimização dos recursos públicos;
- (iii) Custos das unidades contábeis.

(e) Subsistema de Compensação – registra e evidencia por meio de contas específicas, os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade, que subsidia a administração com informações sobre:

- (i) Alterações potenciais nos elementos patrimoniais;
- (ii) Acordos, garantias e responsabilidades.

13. Os subsistemas contábeis devem ser integrados a outros subsistemas de informações de modo a subsidiar a administração pública sobre:

- (a) O desempenho da organização no cumprimento da sua missão;
- (b) A avaliação dos resultados obtidos na execução dos programas de trabalho com relação à economicidade, à eficiência, à eficácia e à efetividade;
- (c) A avaliação das metas fiscais estabelecidas nas diretrizes orçamentária;
- (d) A avaliação dos riscos e das contingências fiscais.

A harmonização das novas normas contábeis está sendo um processo necessário, já que a recente internacionalização e globalização dos negócios, exige que as informações de natureza contábil, seja um conteúdo claro e bem compreendido por todos os usuários.

A adoção destas práticas contábeis proporciona maior comparabilidade e confiabilidade, oferecendo maior precisão na análise das demonstrações das instituições públicas.

O principal objetivo desta norma foi de segregar o sistema contábil público em cinco subsistemas de informações contábeis: orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação, criando também o subsistema de custos.

A maior dificuldade para os contabilistas está sendo a forma de como implantar o sistema de custos, já que trata-se de uma matéria nova que as entidades públicas não utilizavam até a implantação das novas normas.

1.7 PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES DO SETOR PATRIMONIAL

O setor de patrimônio tem as seguintes atribuições, como segue:

- a) Recebimento e conferência de todos os bens permanentes sejam eles móveis ou imóveis;
- b) Registro da rotina patrimonial no SIP- Sistema Informatizado Patrimonial;
- c) Enplaquetamento ou Etiquetagem de todos os bens tombados;
- d) Emissão dos termos de Responsabilidade, Transferências e baixas;
- e) Transferências dos bens entre unidades, solicitadas através de documentação formal;
- f) Recebimento e encaminhamento da documentação referente a baixas dos bens inservíveis;
- g) Encaminhamento periódico ao Setor de contabilidade da movimentação patrimonial para fins de conciliação e reparo das inconsistências;
- h) Controle de todos os equipamentos em conserto, assim como as garantias;
- i) Levantamento Patrimonial (Inventário Geral e Periódico)
- j) Orientação e suporte para as comissões do controle patrimonial;
- k) Atualização das informações do Sistema SIP.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 MÉTODO ESCOLHIDO E JUSTIFICATIVA

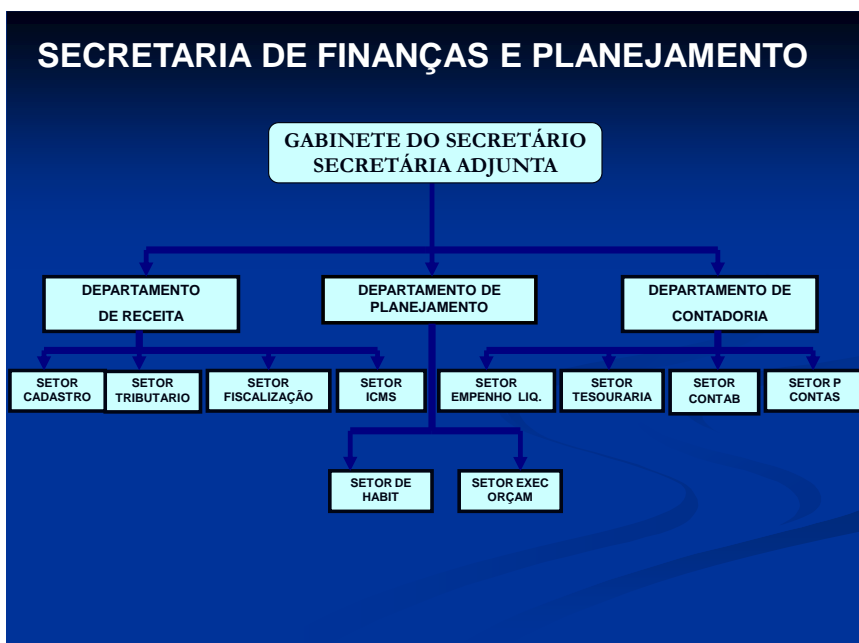
Para a realização do presente trabalho foi utilizado um relatório de intervenção, pois além do estudo investigativo e descritivo foi elaborada uma proposta de mudança nos setores envolvidos. Foram visitados todos os setores que compõem a contadoria da Prefeitura Municipal de São Sepé que fazem parte da Secretaria de Finanças e também o setor de Patrimônio que fica a cargo da Secretaria de Administração.

A proposta do presente estudo foi de adaptar os processos de trabalhos ao Setor Contábil em conformidade com o Setor de Patrimônio adequando-se as Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

2.2 INSTRUMENTOS E ANÁLISE DA COLETA DE DADOS

Primeiramente foi elaborado um organograma de toda a estrutura da Secretaria de Finanças e Planejamento, com todos os setores que se interligam entre si, para visualizarmos melhor o andamento das tarefas diárias de cada departamento.

A Secretaria de Finanças e Planejamento possui três departamentos e dez setores como mostramos na figura 1.



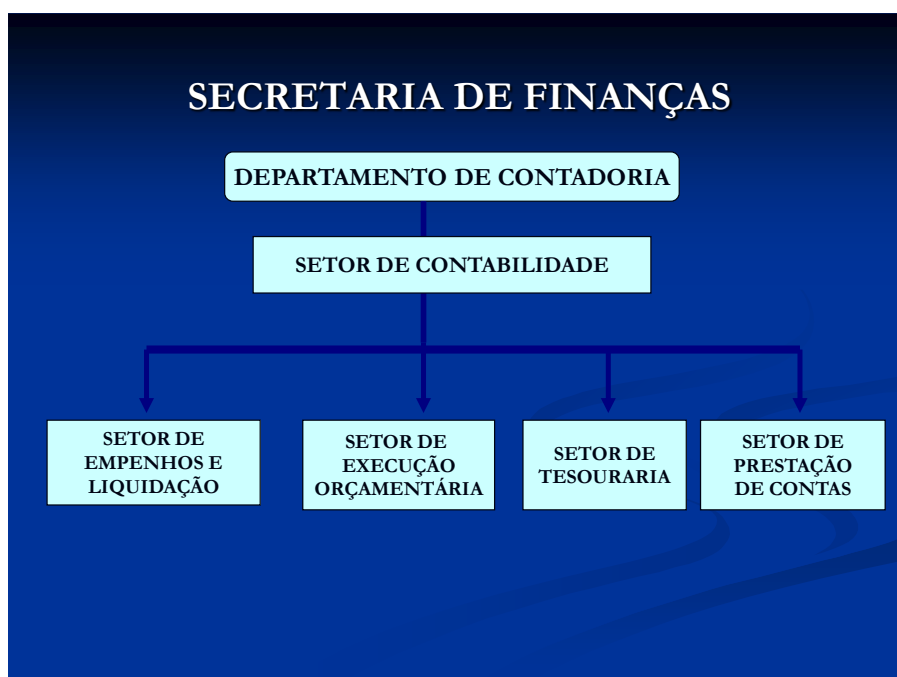
Fonte: Elaborado pela autora

Figura 1 – Organograma da Secretaria de Finanças e Planejamento da Prefeitura Municipal de São Sepé.

O departamento da receita divide-se em quatro setores: cadastro, tributário, de fiscalização e setor do ICMS, onde verificamos um bom andamento das rotinas de trabalho destes setores.

O departamento de Planejamento divide-se nos setores de habitação e de execução orçamentária, onde averiguamos que as rotinas estão adequadas conforme as atribuições dos setores.

O Departamento da contabilidade engloba o Setor de Contabilidade por onde passa todos os registros contábeis, o Setor de Empenho e Liquidação que registra todas as compras e verifica se o material ou o serviço foi entregue, o Setor de Tesouraria que após receber o empenho liquidado pelo setor competente programa o pagamento do fornecedor e também o Setor de Prestação de Contas que no término dos convênios e contratos é encarregado de Prestar Contas aos órgãos competentes. (figura 2).



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 2 – Organograma da Secretaria de Finanças – Departamento de Contadoria da Prefeitura Municipal de São Sepé.

Nosso estudo procurou focar com maior ênfase no Departamento de Contadoria, por se tratar de assuntos meramente contábeis.

Após a análise da Secretaria de Finanças e Planejamento, constatamos que o Setor de Prestação de Contas precisa ser melhor estruturado, pois atualmente as próprias secretarias

autoras dos projetos é que prestam contas aos órgãos executores, portanto este setor não funciona adequadamente.

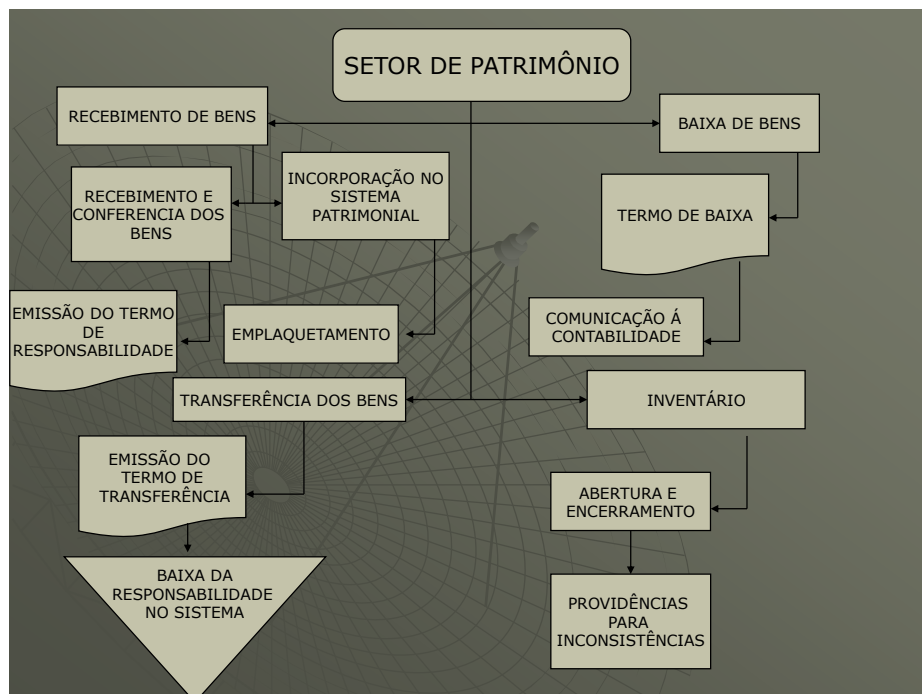
Foram verificadas todas as rotinas dos demais setores, a maneira como são elaboradas atualmente, ficando comprovado que estes setores funcionam normalmente, mas ainda precisam de atualizações devido à grande mudança na contabilidade pública.

O setor de empenhos e liquidação precisa evoluir em capacitação para acompanhar as mudanças, principalmente no que diz respeito à classificação orçamentária da despesa que vêm sofrendo várias alterações.

O setor de Execução Orçamentária está atendendo seus objetivos, pois além de efetuar a reserva das dotações orçamentárias, controla os recursos financeiros para que os fornecedores recebam no prazo de seus vencimentos.

O setor de tesouraria está passando por inovações tecnológicas, pois estão sendo implantadas as ordens bancárias eletrônicas, que tem como principal objetivo aliviar o grande fluxo de pagamentos por caixa.

Também foi elaborado um fluxograma do Setor de Patrimônio com todas as suas atribuições. (figura 3)



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 3 – Fluxograma do Setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal de São Sepé.

Após a coleta de dados foram feitas entrevistas verbais com o prefeito, secretários e servidores, com o objetivo de levantar o procedimento utilizado para controlar o patrimônio público.

O Prefeito Municipal solicitou a secretaria de administração a imediata atualização do sistema informatizado de controle patrimonial, contemplando o cadastro individual de cada bem, registrando a correta avaliação ou depreciação.

Finalmente foram realizadas reuniões com todos os servidores envolvidos neste processo para que tomassem conhecimento dos fatos e foram sugeridas novas medidas para que de imediato se iniciasse um novo processo de execução contábil e patrimonial que contemplassem todas as exigências da nova legislação.

2.3 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

No decorrer do desenvolvimento do trabalho verificou-se que tanto o setor de contabilidade como o setor de patrimônio possuíam deficiências que precisaram ser sanadas para que o órgão público não sofresse futuras punições e penalidades aplicadas pelos órgãos fiscalizadores.

Podemos citar as principais deficiências que foram encontradas nestes setores:

- O setor de Contabilidade estava registrando os bens imóveis e móveis pelo valor de aquisição, não atualizando e nem depreciando corretamente conforme as novas normas de contabilidade;

- O sistema de informática do setor do Patrimônio não estava atualizado, impedindo que o próprio sistema fizesse os lançamentos de avaliação, reavaliação, depreciação, amortização e exaustão.

- No setor do patrimônio existia somente um servidor capacitado para acompanhamento dos bens;

- A grande maioria dos bens imóveis do município estava com o valor venal desatualizado, impedindo que o balanço patrimonial mostrasse a verdadeira realidade com relação ao ativo, passivo e patrimônio líquido.

- Os bens móveis também estavam desatualizados, pois os registros foram feitos somente pelo valor de aquisição sem as devidas atualizações e depreciações.

- Existiam algumas diferenças de valores entre o setor contábil e o de patrimônio, devido os sistemas de informática ainda não estarem totalmente integrados.

- A prefeitura não possui um setor de almoxarifado organizado, portanto na contabilidade o registro da conta de estoque está desatualizado.

Após todo este levantamento foram feitas reuniões com o prefeito e secretários para que tomassem conhecimento destes fatos e foram sugeridas novas medidas para que de imediato se iniciasse um novo processo de execução contábil e patrimonial que contemplassem todas estas exigências da nova legislação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as novas normas de contabilidade são instrumentos para aumentar a eficácia e a efetividade das leis, promovendo o planejamento, a transparência e a responsabilidade da gestão fiscal. Além disso, foram destaques os instrumentos de transparência e registros similares ao da contabilidade comercial como: previsão de depreciação, atualização e avaliação dos bens públicos e a contabilização dos bens de uso comum.

Através do estudo elaborado para a Conclusão do Curso, podemos observar dentre a redação escrita e fundamentada em autores que ajudaram no processo de aprendizagem desta matéria, a importância de refletirmos sobre um tema novo que os profissionais de contabilidade e os municípios brasileiros estão enfrentando com as novas mudanças na contabilidade pública com enfoque voltado extremamente ao patrimônio.

O intuito deste trabalho não foi o de esgotar toda e qualquer discussão a respeito da implantação das Novas Normas Brasileiras de Contabilidade, mas além de expor os principais contextos desta nova mudança, sugerir algumas mudanças nas rotinas entre o Setor de Contabilidade e o de Patrimônio da Prefeitura Municipal de São Sepé.

Após ter sido feita a análise nestes setores da Prefeitura foi constatado que estes departamentos sofreram mudanças em suas estruturas para obedecerem as principais normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público como segue:

- O sistema de informática foi atualizado devidamente conforme as exigências do Tribunal de contas e demais órgãos fiscalizadores;
- Foram requisitados mais servidores para fazerem parte do setor de patrimônio.
- Foi criada uma comissão de servidores específica para avaliação e depreciação dos bens.
- Foi feito o tombamento de doze mil itens entre móveis e imóveis com registro individual de cada um.
- Foi feito o levantamento de todos os bens imóveis da Prefeitura, onde foi entregue esta listagem para o Engenheiro Civil do município para que faça a atualização de valores, bem como a verificação do estado em que se encontra o bem, para melhor avaliação ou depreciação deste imóvel.
- Foi elaborado um decreto estabelecendo as normas administrativas visando o controle da movimentação patrimonial dos bens móveis e imóveis da administração direta do município.

-Foram feitas reuniões com os chefes dos departamentos responsáveis pelo patrimônio de cada unidade orçamentária para que fiscalizem e acompanhem os passos de cada bem público, conscientizando-os da importância de sua conservação e sua correta avaliação.

-Foram estabelecidos métodos de registros contábeis na contadoria do município integrado com o setor de patrimônio, atendendo as novas normas de contabilidade.

No que se refere a almoxarifado podemos concluir que a Prefeitura ainda precisa se organizar, pois ficou claro que deve ser criado um almoxarifado central com uma estrutura bem montada com controles específicos de cada produto que forem adquiridos pela prefeitura.

Ficou evidenciado que o setor contábil e o de patrimônio em conjunto passaram a fornecer informações mais claras e objetivas, auxiliando o poder executivo a manter um cadastro atualizado dos móveis e imóveis do município, prestando contas aos usuários com maior transparência.

Em vista do exposto e considerando que ainda estamos enfrentando dificuldades, devido este tema ser novo para todos os órgãos públicos, sabemos que muitas mudanças ainda serão implantadas gradativamente para que o resultado final seja totalmente satisfatório observando as legislações atuais.

REFERÊNCIAS

ADMINISTRAÇÃO financeira das pequenas e médias empresas. Disponível em: <www.unifae.br> Acesso em 01 de Novembro de 2011.

ANÁLISE das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. NBCASP – Mudanças e Desafios para a Contabilidade Pública. Disponível em: <www.congressosp.fipecafi.org> Acesso em 09 de Dezembro de 2011.

AZEVEDO, Ricardo Rocha de; SOUZA, José Antônio de; VEIGA, Cátia Maria Fraguas. **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao setor Público**. Blumenau, 2009.

BRASIL, **Lei 4320/64, de 17 de março de 1964. Normas Gerais de Direitos Financeiros**. In: Associação dos Fiscais de Tributos Estaduais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre (RS): Edições AFISVEC, p. 13, 2001.

_____, **Lei Complementar 101/00, de 04 de maio de 2000. Responsabilidade Fiscal**. In: Associação dos Fiscais de Tributos Estaduais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre (RS): Edições AFISVEC, p. 113, 2001.

_____, **Ação Popular, Lei 4.717 de 29.6.65**. Art. 1º § 1. Disponível em <www.planalto.gov.br> Acesso em 02 de Março de 2012.

_____, **Resolução CFC nº 1128, de 21 de Novembro de 2008**, aprova a NBCT 16.1- Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação. Disponível em <<http://www.cfc.org.br>> Acesso em 01 de Março de 2012.

_____, **Resolução CFC nº 1129, de 21 de Novembro de 2008**, aprova a NBCT 16.2- Patrimônio e Sistemas Contábeis. Disponível em <<http://www.cfc.org.br>> Acesso em 01 de Março de 2012.

CONCEITOS básicos sobre orçamento público. Disponível em: <<http://www.forumfbo.org.br>> Acesso em 14 de Março de 2012.

CONTABILIDADE aplicada ao setor público. Disponível em: <<http://www.agili.com.br/editoriais/contabilidade-aplicada-ao-setor-pu.aspx>> Acesso em: 29 de fevereiro de 2012.

CONTABILIDADE e transparência na Gestão Pública Moderna. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br>> Acesso em: 21 de Novembro de 2011.

CONTROLE patrimonial. Módulo I (Downloads material de apoio) Disponível em: <www.dpm-rs.com.br> Acesso em 02 de Março de 2011.

CONTROLE patrimonial. Módulo II (Downloads material de apoio) Disponível em: <www.dpm-rs.com.br> Acesso em 02 de Março de 2011.

FILHO, José dos Santos Carvalho. **Manual de Direito Administrativo**. 17. Ed. São Paulo. Lumen Juris. 2007.

FLUXOGRAMAS e organogramas. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/49746655/1-Fluxogramas-e-Organogramas>> Acesso em 01 de julho de 2012.

GESTÃO de processos administrativos. Disponível em: <<http://www.sinfic.pt/SinficNewsletter/sinfic/Newsletter75/Dossier1.html>> Acesso em 01 de março de 2012.

GLOSSÁRIO de termos contábeis. Disponível em: <www.portaldecontabilidade.com.br> Acesso em 13 de Março de 2012.

HISTÓRIA da Contabilidade. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/historia.htm>> Acesso em: 19 de Novembro de 2011.

MANUAL de gestão de processos organizacionais. Disponível em: www.aneel.gov.br> Acesso em 01 de Novembro de 2011

MARANHÃO, Mauritti; MACIEIRA, Maria Elisa Bastos. **O Processo nosso de cada dia: modelagem de processos de trabalho**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

MENDONÇA, Ricardo Rodrigues Silveira. **Processos Administrativos**- Edição 2010.

MINTZBERG, Henry. **Criando Organizações Eficazes**. 2ª ed, São Paulo: Editora Atlas, 2009.

NBCASP: **A grande reforma na contabilidade pública**. Disponível em: <<http://linomartins.wordpress.com>> Acesso em: 01 de Novembro de 2011.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como Fazer Projetos, Relatórios, Monografias, Dissertações e Teses**. 5ª Edição Ampliada e Atualizada, Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2011.

REPRESENTAÇÃO de processos: Fluxogramas e organogramas. Disponível em: <<http://www.lgti.ufsc.br>> Acesso em 17 de Março 2011 e 02 de Julho de 2012.

SOBRAL, Filipe. **Comportamento Organizacional**. 14ª ed, São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2011.

SOLIMAN F; Optimum Level of Process Mapping and least cost business process re-engineering. *International Journal of Operation & Production Management*, vol.18,nº 9/10,1998,pp.810-816.

VILELLA, C. S.S. **Mapeamento de Processos como Ferramenta de Reestruturação e Aprendizado Organizacional**, Dissertação de M. Sc, PPEP/UFSC, Florianópolis, SC, Brasil, 2000.